

# Câmara aprova projeto que isenta IPI de atingidos

Proposta considera áreas alagadas mencionadas em decretos

/CLIMA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira um projeto de lei que isenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da linha branca e móveis para moradores de áreas atingidas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

A aprovação ocorre na esteira das iniciativas do Legislativo em decorrência da tragédia climática no Rio Grande do Sul.

A proposta considera áreas atingidas mencionadas em decretos de estado de emergência ou calamidade pública do poder local reconhecidas pelo Executivo federal.

De autoria da deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) e da paranaense Gleisi Hoffmann (PT), a proposta foi modificada pelo relator, o também gaúcho Lucas Redecker (PSDB).

Originalmente, ela era voltada somente a três eletrodomésticos (geladeira, fogão de cozinha e máquina de lavar), mas o parlamentar aumentou a lista.

Terão isenção de IPI fogões, refrigeradores, máquinas de lavar roupa, tanquinhos, cadei-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

**Moradores afetados pelas águas perderam móveis e eletrodomésticos**

ras, sofás, mesas e armários.

O texto diz que a isenção se aplica aos móveis e eletrodomésticos fabricados em território nacional para pessoas físicas residentes nos municípios com estado de calamidade pública ou situação de emergência.

O relator incluiu ainda um dispositivo que determina que a isenção também será estendida aos microempreendedores individuais (MEIs) atingidos e com domicílio fiscal nesses municípios.

Para obter o benefício, é pre-

ciso comprovar que residem na localidade afetada e que a sua casa foi "diretamente atingida".

O texto determina ainda que a isenção poderá ser usada somente uma vez por um membro de cada uma das famílias atingidas para cada um dos produtos listados. A proposta também prevê que os termos serão disciplinados pela Secretaria Especial da Receita Federal.

A matéria foi aprovada de forma simbólica, quando não há contabilização de votos. Agora, ela será analisada pelos senadores.

## Empresas são dispensadas de reembolso imediato de show

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira um projeto de lei que prevê regras para evitar que as empresas tenham de fornecer reembolso imediato de shows, espetáculos e outros eventos cancelados por catástrofes ambientais como a das enchentes no Rio Grande do Sul.

A votação do projeto de lei foi simbólica e o texto segue agora para o Senado Federal.

De autoria do deputado federal gaúcho Marcel Van Hattem (Novo), a proposta foi relatada pela também deputada federal gaúcha Reginete Bispo (PT).

O texto determina que, para não dar reembolso imediato dos valores pagos, as empresas responsáveis por eventos cancelados ou adiados terão de oferecer remarcação ou disponibilizar crédito para uso ou abatimento

na compra de outros serviços.

O reembolso dos valores pagos, quando não houver possibilidade de remarcar o evento ou dar crédito, ocorrerá somente quando demonstrada capacidade financeira das companhias e por solicitação do consumidor.

"As medidas propostas são semelhantes às adotadas durante a pandemia da Covid-19", justificou o autor do texto, Van Hattem.

"Em circunstâncias tão excepcionais, exigir o reembolso imediato dos valores pagos pelo consumidor não seria razoável, pois poderia agravar a situação econômica de muitas cidades no Estado que dependem do turismo e eventos culturais", argumentou o deputado federal gaúcho.

Essas regras, de acordo com o texto aprovado, valerão para

eventos realizados de 27 de abril deste ano até 12 meses após o encerramento da vigência do decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional que reconheceu o estado de calamidade pública nos municípios gaúchos por causa das enchentes.

O projeto define que os créditos para abatimento ou compra de outros serviços poderão ser usados até 31 de dezembro de 2025.

Já o reembolso, quando for o caso, ocorrerá em até 30 dias após a solicitação do consumidor.

O texto também afirma que os artistas e palestrantes contratados que forem impactados por cancelamentos de shows, rodeios e espetáculos, em casos de desastres naturais, não precisarão devolver os cachês de forma imediata desde que os eventos sejam remarcados.



**Repórter Brasília**  
**Edgar Lisboa**

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Lagoa dos Patos-Oceano Atlântico

O deputado federal gaúcho Ubiratan Sanderson (PL, foto) defende a construção de um canal de ligação Lagoa dos Patos-Oceano Atlântico, no Rio Grande do Sul. O parlamentar apresentou projeto de lei (indicação parlamentar 355/24) argumentando a necessidade de diminuir os riscos de enchentes ocasionadas pelo aumento acelerado dos níveis dos rios no Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

## Estudo de viabilidade técnica

Ubiratan Sanderson disse ao **Repórter Brasília** que também encaminhou expediente à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, solicitando respectivo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, para a execução da obra, que servirá para abrir uma ligação entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico.

## Canal do Panamá e de Suez

O parlamentar disse que já teve a oportunidade de conhecer o Canal do Panamá e o Canal de Suez, "que são obras complexas, grandes, mas que dá para fazer". Ele aponta que "o Canal do Panamá tem 82 quilômetros, e o Canal de Suez, 193; já o Canal da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, seria de oito quilômetros. Só não fazem porque não querem, tem alguns preconceitos ideológicos que precisam ser retirados".

## Farol da Solidão

"O projeto para criar um canal entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, no Farol da Solidão, foi apresentado", comemora Sanderson. Ele acrescentou que "a Lagoa dos Patos tem 300 quilômetros, ela deságua em Rio Grande, tem 600 metros de boca de saída, e eu quero abrir um canal aqui (mostrando o mapa da lagoa), com calha de concreto, se for o caso, com eclusas e com comportas para fazer a saída na parte norte do lago. A Lagoa dos Patos teria comunicação com o mar. Hoje ela é uma laguna".

## Programa de dragagem

Para o deputado, "é uma alternativa que vai ajudar muito. Além disso, o desassoreamento, um programa permanente de dragagem, lá de cima da Serra até o Rio Guaíba, com a iniciativa privada fazendo a dragagem e vendendo o produto dessa dragagem, não tem problema. Ali tem cascalho bom, areia boa, e o Brasil inteiro precisa de cascalho e areia para fazer obras e não tem de onde tirar, porque a burocracia dentro do Ministério do Meio Ambiente é muito grande, que não ajuda em nada e atrapalha. Nós dependemos da questão do meio ambiente, só que ela tem que ser ligada às modernidades que a engenharia apresenta".

## Nem uma obra em 40 anos

O deputado acentua que "nem uma obra a favor do meio ambiente foi feita nos últimos 40 anos, no Brasil. Agora, o País está sofrendo. São Paulo não sofre tanto porque a cidade fez obras de engenharia que minimizam as enchentes. Blumenau (SC), no Vale do Itajaí, também minimizou os problemas das cheias com obras de engenharia caras, que tiveram que contar com a boa vontade e com a colaboração dos órgãos ambientais".

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323